

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano IX - Nº 1.720 - Brasília, terça-feira, 17 de junho de 2003

Fotos: Roosevelt Finheiro



O Parlamento na construção da democracia

Em 180 anos, o Legislativo foi palco de grandes conquistas

Nosso país foi construído dentro do Parlamento – afirma o presidente do Senado, José Sarney, em entrevista que abre caderno especial do **Jornal do Senado** sobre os 180 anos do Parlamento brasileiro. As comemorações, iniciadas em 3 de maio, prosseguem hoje com concerto de gala do Coral do Senado, na Sala Martins Penna do Teatro Nacional Cláudio Santoro, às 20h30 (entrada gratuita).

PARTICIPAÇÃO. Fortalecido pela Constituição de 1988, o Congresso Nacional se estrutura para refletir a vontade popular

Expectativas sobre juros geram debate no Plenário

Na véspera da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) que vai definir, hoje, a nova taxa básica de juros, o líder do PT, Tião Viana, reafirmou ontem confiança na rota traçada pelo presidente Lula para a economia. Eduardo Suplicy e Antero Paes de Barros pediram redução das taxas

Página 3



COMPROMISSO. Viana diz que governo busca crescimento e geração de empregos



RITMO. Antero adverte que pequena redução na taxa de juros não evita recessão



IMPACTO. Suplicy pede ao Copom que considere os efeitos da decisão

VEJA TAMBÉM

Lobão defende contribuinte na reforma tributária

Carência de recursos não justifica abusos contra cidadão – alerta o senador ao propor nova discussão do tema.

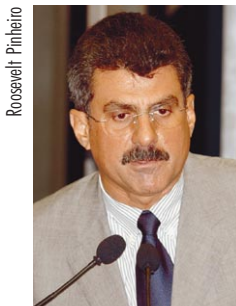
Página 4

Simon: América Latina só precisa de oportunidade

Região não precisa de esmola, mas só de condições justas para se desenvolver, afirma o senador Pedro Simon.

Página 4

Jucá destaca homenagem do TCU a galerista



Jucá: Marcantonio Vilaça dedicou a vida às artes

R o m e r o Jucá (PMDB-RR) registrou ontem a criação, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), do Espaço Cultural Marcantonio Vilaça. A iniciativa, disse o senador, é

justa homenagem ao famoso galerista que faleceu ainda jovem.

Jucá lembrou que Marcantonio é filho do ministro do TCU Marcos Vilaça e, embora diplomado em Direito, pela Universidade Mackenzie, em São Paulo, nunca exerceu a profissão, pois dedicou-se desde cedo ao mundo das artes.

Quintanilha lamenta morte de servidor

O senador Leomar Quintanilha (PFL-TO) lamentou em Plenário a morte de João da Costa Oliveira, "um servidor público exemplar que desbravou os sertões do norte de Goiás", onde foi criado o estado do Tocantins, levando medicamentos de combate às endemias rurais, como malária, febre amarela e mal de Chagas.

Conforme o senador, desde que ingressou no serviço público, em Goiânia, João Oliveira trabalhou no combate às doenças que afetam o meio rural. Ele chegou a ocupar o cargo de diretor do 3º Distrito do Departamento Nacional de Endemias Rurais.

Agenda



Plenário vota emendas ao salário mínimo

Na sessão de hoje, com início previsto para as 14h30, os senadores devem continuar a votação do projeto de lei de conversão que instituiu o novo salário mínimo. As lideranças do PFL e do PSDB apresentaram emendas alterando o valor atual, de R\$ 240, para, respectivamente, R\$ 260 e R\$ 252.

Sarney preside homenagem do Congresso a Aureliano Chaves

O presidente do Senado, José Sarney, preside, às 11h, a sessão solene do Congresso Nacional em memória do ex-vice-presi-

dente da República Aureliano Chaves. Às 12h, Sarney recebe Luís Fernando Silva, gerente de Estado de Desenvolvimento

Humano do Maranhão, e, às 12h30, a presidente do Museu de Arte Moderna de São Paulo, Milu Villela.

Ministro da Justiça poderá falar a comissão

A Comissão de Fiscalização e Controle deve votar, às 11h, requerimento da senadora Ideli Salvatti (PT-SC) – foto – solicitando a vinda do ministro da Justiça para falar sobre remessas

ilegais de divisas. A Comissão Mista de Orçamento analisa, às 14h30, parecer do senador César Borges (PFL-BA), favorável à abertura de crédito para a Justiça Eleitoral.



Siron participa de audiência sobre falsificação de obra de arte

O artista plástico goiano Siron Franco é o convidado da audiência pública marcada para as 10h, na Comissão de Educação, presidida pelo senador Osmar Dias (PDT-



PR). A pedido da senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) – foto –, Siron Franco deve debater com os senadores sobre falsificação de obras de arte no Brasil.

Pena mais severa para porte ilegal de armas

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional se reúne, às 17h30, para analisar requerimento de João Capiberibe (PSB-AP) sugerindo que seja criada subcomissão para negociações da Alca. Às 18h, a Subcomissão Permanente de Segurança Pública discute relatório de César Borges (PFL-BA) sobre a proposta que prevê penas mais severas para posse, venda e contrabando de armas.



Projeto revê lei que criou Aneel

Para discutir o projeto que altera a lei que instituiu a Agência Nacional de Energia Elétrica e disciplina o regime de concessões de serviços públicos de energia elétrica, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, presidida pelo senador José Jorge (PFL-PE), se reúne a partir das 14h.

CAE discute indenização

Presidida por Ramez Tebet (PMDB-MS), a Comissão de Assuntos Econômicos se reúne, às 10h, e analisa projetos, entre eles o que autoriza a União a indenizar José Pereira Ferreira e o que concede remissão de débito previdenciário contraído pelas agroindústrias no período de abril de 1994 a abril de 1997.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

Mão Santa quer ampliação do acesso ao Fies

O senador Mão Santa (PMDB-PI) reivindicou a ampliação do acesso de estudantes universitários carentes ao Programa de Financiamento Estudantil (Fies).



Corte no Fies gera inadimplência, alerta Mão Santa

Essa é a única possibilidade que tem o estudante pobre de pagar seus estudos – comentou, afirmando que apenas um em cada dez alunos de faculdades privadas que recorrem ao benefício é atendido.

Atualmente, são atendidos 240 mil universitários, que podem financiar até 70% do valor da semestralidade. Fechado no primeiro semestre de 2003, o Fies só deverá disponibilizar 70 mil vagas no próximo semestre. O senador cobra solução rápida para o problema, que gera inadimplência estudantil e desequilíbrio financeiro nas faculdades particulares.

José Jorge pede recursos para obra no Recife

O senador José Jorge (PFL-PE) fez ontem apelo aos ministros das Cidades, Olívio Dutra, e da Fazenda, Antonio Palocci, e ao presidente da Caixa Econômica Federal, Jorges Mattoso,



José Jorge apela por liberação de financiamento

pela liberação de financiamento no valor de R\$ 44,5 milhões para obras do Sistema Pirapama de abastecimento de água na região metropolitana do Recife.

Segundo o senador, a quantidade está abaixo da capacidade de endividamento do estado (R\$ 50 milhões) e a Barragem de Pirapama está pronta e cheia com 61 milhões de metros cúbicos de água, mas falta o sistema para levar a água até a população. Marco Maciel (PFL-PE) uniu-se ao apelo de José Jorge pela liberação dos recursos.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes.
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Júnia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Néelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Legislativo, 180 anos de contribuição à democracia



■ Em 3 de maio de 1823 nasce o Poder Legislativo brasileiro. Este caderno do **Jornal do Senado** traz momentos marcantes dos 180 anos do Parlamento e seu papel na conquista da democracia.

Parlamento deu suporte à nacionalidade, diz José Sarney

Página III

Senadores destacam representação da sociedade

Página IV



LINHA DO TEMPO

1823



Em 3 de maio, é instalada Assembléia para elaborar a primeira Constituição do Brasil independente. Em 2 de setembro, a Assembléia retira do imperador o direito de veto e de dissolução da Câmara. Contrariado, dom Pedro I manda o Exército invadir o Plenário e dissolver a Constituinte. Em 1824, o imperador outorga a primeira Constituição do Brasil.

1888



A escravidão teve fim no Brasil no dia 13 de maio, com a aprovação do projeto abolicionista na Câmara e no Senado. No mesmo dia, a princesa Isabel sanciona a lei, que ficou conhecida como Lei Áurea. Quase 800 mil escravos conquistam a liberdade.

1891



Em 1891, é promulgada a primeira Constituição republicana. Os senadores deixam de ter cargo vitalício e acaba o voto censitário. Após a aprovação de lei que permite o impeachment de presidente da República, Deodoro tenta o golpe e fecha o Congresso. Termina renunciando.

1932



Getúlio Vargas chega à Presidência da República em 1930. Ele suspende a Constituição e fecha o Congresso. Em 1932, cria o Código Eleitoral, que garante o direito de voto à mulher e o sufrágio secreto. Após novas eleições, em 15 de novembro de 1933 começam os trabalhos da Constituinte. Entre os deputados há uma única mulher, Carlota Pereira de Queirós (foto), eleita por São Paulo. Em 1934 é promulgada a nova Constituição.

Fotos: Arquivo Nacional, Arquivo do Senado e Arquivo do Jornal do Senado



Legislativo foi palco de conquista da democracia

Em 180 anos de existência, Parlamento brasileiro também participou das grandes conquistas sociais

Ao deixar o Brasil em 1821, depois de 13 anos de permanência no país, dom João VI passou ao filho Pedro, príncipe regente, um conselho: "Pedro, se o Brasil se separar, antes seja para ti, que me hás de respeitar, do que para algum desses

aventureiros".

Em 7 de setembro de 1822, a Independência foi declarada. A Assembléia Constituinte havia sido convocada em junho daquele ano e foi instalada em 3 de maio de 1823, para se inserir na nova ordem política mundial do constitucionalismo liberal e constituir as bases da nação, à época com 3,5 milhões de habitantes, entre brasileiros e portugueses. A Assembléia Constituinte foi eleita por sistema indireto.

O Brasil independente nasceu em meio à disputa pelo poder. O primeiro episódio relevante veio cedo. Dom Pedro

não aceitou submeter seus atos ao controle previsto no anteprojeto elaborado por uma comissão presidida por Antonio Carlos Andrada e Silva. Dissolveu a Assembléia e outorgou a primeira Constituição do Brasil, que apesar de incluir ideais democráticos previu, além do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, o Poder Moderador, permitindo ao imperador quebrar o princípio da autonomia dos Poderes.

A Assembléia reagiu, colocando-se em sessão permanente, propondo negociar. Em vão. O decreto de fechamento chegou sob a mira das armas.



HISTÓRIA. No Palácio do Conde dos Arcos, em 1825, houve a abertura da primeira Assembléia Geral Legislativa

DESMONTE. O Senado funcionou no Palácio Monroe entre 1925 e 1960. Construído pelo engenheiro Francisco Marcelino de Souza Aguiar, em 1904, o prédio foi demolido em 1976



CIDADANIA. Em frente à sede do Congresso Nacional, em Brasília, manifestações são frequentes



Presença na construção da nacionalidade

Na história da construção da nacionalidade, o Senado, que passou a funcionar efetivamente em 1926, seguiu lutando por espaço e foi palco de acontecimentos de resistência e avanço democrático. No período monárquico, destacam-se a abdicação de dom Pedro I, as Regências, que comandaram o país até a maioria de dom Pedro II, e a abo-

lição da escravatura. Coube ao Legislativo promover atos de legalidade que eliminaram o tráfico de escravos (1850), a Lei do Ventre Livre (1871), a Lei dos Sexagenários (1885) e o projeto assinado como Lei Áurea pela princesa Isabel em 13 de maio de 1888.

Após a Proclamação da República, em 1889, foram eleitos 205 deputados e 63 senadores para votar a Constituição de 1891. Foi instituída a República Federativa do Brasil, presidencialista, com eleições diretas e periódicas para todos os cargos. O Senado evoluía como instituição com o fim do mandato vitalício e se consolidava como Casa da Federação, ao congregar lideranças em substituição à aristocracia rural e setores da Igreja e das Forças Armadas.

Resistência contra as medidas de exceção



Na República, o Congresso participou de decisões fundamentais. Já na entrada do século 20, o Parlamento está enfraquecido. Sem partidos nacionais e com poucas prerrogativas, perde poder para o Executivo. Acaba dissolvido pela Revolução de 1930. Restabelecido pela Constituição de 1934, o Congresso é novamente eliminado de cena em 1937 pelo Estado Novo de Getúlio Vargas.

A luta contra a ditadura de Getúlio levou à reorganização das oposições, que ganham força no início da década de 40. Ressurgem os partidos e a pressão leva à eleição da Assembléia, que aprova a Constituição de 1946, restabelecendo o princípio da harmonia e inde-

pendência dos Poderes.

A partir de 1956, Juscelino Kubitschek mostrou habilidade para negociar com um Congresso que não tinha maioria.

Em 1960, a manobra de Jânio Quadros encontra no Congresso resistência e, sob a liderança do senador Auro Moura Andrade, a renúncia é formalmente aceita e João Goulart assume.

Em 1964, o Congresso não consegue evitar o golpe. Os militares assumem e os parlamentares são os primeiros atingidos pelas medidas de exceção. Mas o Congresso resiste. O movimento de redemocratização extrapola os limites do Legislativo, e vêm a anistia, Diretas Já e eleição de Tancredo Neves e José Sarney pelo Colégio Eleitoral. Prevaleceu o pacto em nome da democracia.

1945



Em 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas ordena o cerco militar ao Congresso. Uma nova Constituição substitui a de 1934. Vigora o estado de emergência. Em 1945, Getúlio é deposto. Há eleições para o Congresso e Presidência da República. Em 2 de fevereiro de 1946, são instalados os trabalhos da quarta Assembléia Nacional Constituinte.

1951



Aprovação da primeira lei contra a discriminação racial, de autoria do deputado e jurista Afonso Arinos. Em outubro de 1953, o Congresso aprova a criação da Petrobrás, após intensa campanha nacional que ficou conhecida como "O Petróleo é Nosso".

1955



Em 3 de outubro há novas eleições para o Congresso. São renovados dois terços do Senado e da Câmara. Juscelino Kubitschek é empossado presidente em 1956 e propõe a mudança da capital do país para Brasília. A proposta é aprovada pelo Congresso. Brasília é inaugurada em 21 de abril de 1960.

1961



Com a renúncia do presidente Jânio Quadros e a ausência do vice, João Goulart, que estava em visita à China, instala-se a "crise da legalidade". A solução, de consenso, é dar posse ao vice, mas diminuir o seu poder. É aprovada a Emenda Constitucional nº 4, que adota o parlamentarismo. Em 1962, plebiscito põe fim ao regime parlamentarista.



Sarney: Brasil foi construído no Parlamento

■ Presidente do Senado registra a importância do Poder Legislativo ao longo da história do país e recorda a frase de Antonio Carlos de Andrada na Constituinte de 1823: "O que nos reúne, o que nos congrega, o que nos traz aqui é o amor ao Brasil".

Jornal do Senado – Qual a importância do Poder Legislativo na história do Brasil?

José Sarney – Foi o Parlamento que construiu o país, que deu suporte à nacionalidade. No dia 6 de maio, já não em 1823, mas em 1826, pela primeira vez, reunia-se o Senado da República. O Brasil saía de um período revolucionário que desembocou na Independência, de maneira pacífica. A primeira idéia que surgiu, para construção do país, foi a convocação da Constituinte. Já se tinha a noção de que o país teria que nascer dentro do Parlamento, para viabilizar o governo do povo, para o povo e pelo povo.

Jornal do Senado – Que outras idéias estão na origem do Parlamento brasileiro?

José Sarney – A idéia de Constituinte estava na cabeça daqueles políticos não como um órgão de natureza política e ideológica, mas organizacional. Consolidada a Independência, José Clemente Pereira teve a idéia de propor a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte. E Antonio Carlos de Andrada, aberta a Constituinte, disse esta frase bonita que até hoje ecoa em todos nós: "O que nos reúne, o que nos congrega, o que nos traz aqui é o amor ao Brasil".

Jornal do Senado – E qual o papel de dom Pedro I?

José Sarney – Ao se instalar a Constituinte de 1823, entra o imperador e, num gesto de respeito ao Parlamento, tira a coroa e o cetro e os coloca ao lado. Dom Pedro I entrou no recinto sem a coroa e o cetro. Foi José Bonifácio quem disse: "Aqui só en-



Roque de Sá

TRADIÇÃO. Conforme Sarney, ao longo da história do Legislativo brasileiro fica claro que na Câmara (foto) e no Senado o povo pode questionar todas as coisas, até mesmo o próprio Parlamento

trar o imperador. Ninguém mais pode entrar, nem os ministros, nem ninguém". Era o sentido de autonomia do Poder Legislativo que ali surgia. Dom Pedro I foi um homem extraordinário. Foi o primeiro que assumiu a nacionalidade, o primeiro que se disse "defensor perpétuo do Brasil".

Jornal do Senado – Que dificuldades os constituintes de 1823 enfrentaram para começar a trabalhar?

José Sarney – Eles começaram praticamente do zero, tinham que fazer tudo. O país não existia. Tinham que fazer as leis, os códigos, o sistema educacional. Só existia a idéia do Brasil, o imperador e a Coroa. Eles não sabiam como se fazia um Parlamento. Tiveram que elaborar o regimento, organizar as comissões. O primeiro sentimento foi de amor ao

Brasil; outro, o da soberania nacional; e o terceiro sentimento da Constituinte que inaugurou o Parlamento foi o da unidade do país. Em seguida, eles pensaram em como apresentar as "memórias", que eram proposições, como são hoje os projetos. José Bonifácio foi autor da primeira memória, reclamando a transferência da capital para o Planalto Central. Começa, então, a tarefa da Constituinte. E, ao fazê-la, eles já pensavam na relação entre os Poderes, já desenvolviam a noção de harmonia.

Jornal do Senado – Que lições ficam desses episódios?

José Sarney – É importante lembrar que em 1834, em 1850 e em 1870, encontramos sempre, dentro do Parlamento, as soluções para os problemas nacionais. Podemos, portanto, afirmar que nosso país foi construído dentro do Parlamento. Presenciei momentos difíceis,

de dentro desse Parlamento. Assisti aos acontecimentos de 1954 (suicídio de Vargas), de 1961 (renúncia de Jânio e posse de Jango) e de 1964 (golpe militar). E pude notar, sempre, que os políticos brasileiros não aproveitam os momentos de crise para liquidarem-se uns aos outros. Pelo contrário, eles se unem para encontrar soluções que assegurem a continuidade do país e do Parlamento. Quando comemoramos 180 anos do Poder Legislativo e 170 anos do Senado, devemos fazer o povo brasileiro recordar que temos defeitos, mas sempre estamos aqui para atendê-lo. Devemos ao Parlamento a construção das instituições nacionais. Na Câmara e no Senado, o povo pode questionar todas as coisas, até mesmo o próprio Parlamento. É essa nossa tradição. Devemos permanecer mantenedores das tradições do passado e conscientes das nossas responsabilidades no futuro.



José Cruz

1964

João Goulart é derrubado e se instaura no país um regime militar. Em dezembro de 1968, o governo edita o Ato Institucional nº 5, que decreta o recesso do Congresso, só reaberto em outubro de 1969. Em 1977, o presidente Geisel fecha por duas semanas o Congresso e baixa o chamado "Pacote de Abril", pelo qual promove a reforma do Poder Judiciário, aumenta o mandato presidencial para seis anos e cria a eleição indireta para um terço do Senado.



1979

No mesmo ano em que é eleito presidente da República pelo Congresso, o general João Figueiredo sanciona a Lei de Anistia, que permite a volta dos exilados políticos. Em 1980, o Congresso aprova eleições diretas para os governos dos estados e o fim da nomeação de senadores. Em 26 de abril de 1984, a Câmara dos Deputados rejeita a emenda Dante de Oliveira, que previa eleições diretas para presidente, em 1985.

1985

O Congresso aprova, em 10 de maio, o "Emendão" – emenda constitucional que estende o voto aos analfabetos, legaliza os partidos comunistas e promove eleições diretas para prefeitos das capitais e para presidente. Em 1987, é instalada a 5ª Assembléia Nacional Constituinte. Em 5 de outubro de 1988, é promulgada a nova Constituição, a 7ª da nossa história, marcada pelos avanços dos direitos sociais.



1992

A Câmara dos Deputados autoriza a abertura de processo de *impeachment* contra o presidente Fernando Collor de Mello. Em dezembro, Collor renuncia à Presidência, para evitar a cassação pelo Senado. Mesmo assim, os senadores aprovam a suspensão de seus direitos políticos por oito anos.





Mais responsabilidades, mais transparência

Fortalecido pela Constituição de 1988, o Legislativo se abre para a sociedade, com novos mecanismos de participação

A Assembléia Nacional Constituinte aprovou, em 1988, a Constituição Cidadã, como a definiu o deputado Ulysses Guimarães, que, como presidente, conduziu os trabalhos durante dois anos. Novas atribuições e responsabilidades consagradas na Carta produzi-

ram um Congresso forte, capaz até de afastar um presidente da República, Fernando Collor, por corrupção.

Quinze anos, uma reeleição e quatro presidentes depois – Fernando Collor, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva –,

o Legislativo cresce como instituição indispensável para os rumos do país, diretamente ou repercutindo a vontade popular. Uma de suas iniciativas mais expressivas tem sido a busca da transparência e da participação, com a implantação de instrumentos como o

sistema 0800 de telefone gratuito, agência de notícias, rádio, jornal e TV – uma janela aberta para sociedade, em que transita livremente a democracia.

Nesta página, senadores falam sobre a importância histórica e a atualidade do Parlamento brasileiro.

O Parlamento é fundamental para o regime democrático. Não se pode conceber a democracia sem ele. Contudo, ainda podemos evoluir. O voto distrital, como já acontece na Alemanha, é um ponto a ser observado, após um amplo debate entre os parlamentares.

Alberto Silva,
2º secretário da Mesa

O fato de o Parlamento brasileiro ter toda essa cultura acumulada é de se registrar pelo valor histórico e pelo valor prático na vida das pessoas. É a instituição mais fácil de ser castigada, a que menos pode e menos quer retaliar, mas a mais necessária para a democracia.

Arthur Virgílio
Líder do PSDB

O Legislativo é o pulmão da democracia, por onde se expressam as idéias de vários setores da sociedade. Não podemos exigir que todos os seus integrantes pensem da mesma forma. Nas diferenças é que se encontra a convergência para solucionar os problemas do país.

Antonio Carlos Valadares
Líder do PSB

A comemoração dos 180 anos do Parlamento brasileiro significa não só a construção da história brasileira, como também o desenvolvimento das instituições nacionais. Nós, parlamentares, temos o dever de construir com responsabilidade e ética um Brasil melhor.

Tião Viana
Líder do PT

Dos três Poderes, o Legislativo é a base de sustentação da democracia. A história registra isso. Nos momentos de crise, a primeira decisão é fechar o Parlamento, como aconteceu durante a ditadura militar. O Parlamento é a representação da sociedade, seu espectro mais real.

Fernando Bezerra
Líder do PTB

O transcurso dos 180 anos do Parlamento deve encher o Brasil de orgulho. Demonstra o compromisso com um dos fundamentais instrumentos da democracia. É ainda uma jovem democracia, que enfrentou percalços, mas sempre contou com o Parlamento em sua defesa.

Heráclito Fortes
3º secretário da Mesa

Uma democracia não se cria nem sobrevive sem Parlamento. Porque ele é, de fato, a voz do povo, é a própria representatividade da sociedade, onde você tem gente de todas as classes sociais. Acredito que o Parlamento tem que evoluir sempre na melhora da representatividade.

Magno Malta
Líder do PL

Povo sem Parlamento é povo escravo. O Parlamento é a última trincheira da democracia. Assim, ao registrar os 180 anos, considero que estamos celebrando a democracia, que se manifesta efetivamente através do Parlamento. O povo fala através do Congresso Nacional.

Sérgio Zambiasi
4º secretário da Mesa

O Parlamento de qualquer país, em funcionamento pleno, é a própria democracia. Todo Parlamento, o Congresso brasileiro inclusive, tem falhas, tem pessoas que não deveriam integrá-lo. Mas é preciso não confundir alguns membros com a instituição, que é importantíssima.

Jefferson Péres
Líder do PDT

Quanto mais vivo o Parlamento de um país, mais madura é a sociedade que ele representa. O Parlamento brasileiro tem sido, ao longo da história, o ponto de equilíbrio da democracia. As maiores figuras da história passaram pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal.

José Agripino
Líder do PFL

Comparado com outros Parla-mentos do mundo, o nosso foi o que mais se popularizou, seja através da TV, do jornal, da rádio ou da Agência Senado. Essa democratização vem se refletindo também na participação do povo, através do Fala Cidadão, da Internet, do Interlegis.

Mozarildo Cavalcanti
Líder do PPS

É uma comemoração oportuna, pois, ao valorizar a representação popular e política do Parlamento, se chama a atenção da sociedade para sua importância. O Senado tem alcançado uma produtividade legislativa sem precedentes; isso legitima a própria representatividade.

Renan Calheiros
Líder do PMDB

Durante o Império, o Senado foi fundamental para a manutenção da unidade nacional. A história do Parlamento é um dos capítulos de maior animação de toda a história do Brasil e tem que ser escrita com emoção, com sentimento, recriando o tesouro espiritual que o Parlamento legou à nação. Momentos como esse servem, sobretudo, para relembrarmos aqueles que, lamentavelmente, não se encontram mais entre nós.

Romeu Tuma
1º secretário da Mesa

O Parlamento é o coração do processo democrático. Não só no Brasil, mas no mundo, é o caminho natural das grandes propostas do povo. Por aqui circulam propostas no campo da educação, da saúde, da habitação, do trabalho, dos direitos humanos. Enfim, por aqui pulsa o coração do Brasil. Aqui bate o coração da liberdade e da igualdade.

Paulo Paim
1º vice-presidente do Senado

Na história do Parlamento brasileiro, muitos foram os golpes contra esse instrumento da democracia, com a força da coerção militar ou com golpes brancos. Mas o Parlamento resistiu, sobreviveu e demonstra dia após dia o quanto é importante para que o Brasil se consolide como uma grande nação, laica e democrática.

Eduardo Siqueira Campos
2º vice-presidente do Senado



MANIFESTAÇÃO. Povo em frente ao Congresso, na eleição de Tancredo

1993

Um plebiscito, previsto pela Constituição de 1988, garante a permanência da República e do sistema presidencialista. Em 20 de outubro desse ano, começa a CPI do Orçamento, que investiga irregularidades cometidas por parlamentares no âmbito do Orçamento da União. O relatório final inclui o pedido de cassação de 18 parlamentares.



1999

Em março, é instalada a CPI do Judiciário no Senado Federal, que investiga irregularidades cometidas por integrantes do Poder Judiciário. O juiz aposentado Nicolau dos Santos Neto, ex-presidente do TRT de São Paulo, é preso, acusado de desvio de dinheiro público. Em setembro, o relatório da CPI do Narcotráfico, da Câmara dos Deputados, acusa o deputado Hildebrando Pascoal, do Acre, de chefiar o crime organizado na Região Norte. O deputado é cassado e preso.

2001



o adotado em 1916.

Aprovada a Emenda Constitucional nº 32, que altera a tramitação e limita a edição de medidas provisórias. Em 2001, o Congresso aprova o novo Código Civil, depois de 26 anos de discussão, substituindo

2003

O Congresso Nacional inicia a discussão dos projetos de reforma da Previdência e tributária, entregues pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.



Tião Viana diz que governo Lula manterá equilíbrio sobre juros

Líder do PT reafirma confiança na rota traçada pelo presidente para conduzir a economia

Na véspera da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), que vai definir, hoje, a nova taxa básica de juros, o líder do PT no Senado, Tião Viana (AC), procurou reafirmar os compromissos do governo Luiz Inácio Lula da Silva com a retomada do crescimento econômico e a criação de empregos.

Tião Viana ponderou, entre-



SEM SUBMISSÃO. Tião Viana disse que cautela não deve ser confundida com medo

tanto, que a atitude do governo frente à taxa de juros será pautada pelo equilíbrio e pela

cautela, de forma a evitar decisões apressadas, que pareçam “imprudência ou afronta”, ou decisões lentas, que passem a impressão de ter sido tomadas por “medo ou omissão”.

Ele se disse convicto de que “a rota traçada por nosso timoneiro (*o presidente Lula*) é correta”. Para o senador, um país com baixos indicadores de poupança interna; um passivo internacional de US\$ 400 bilhões, uma dívida interna de R\$ 622 bilhões; e que não se destaca como pólo de formação de poder científico/ideológico “não pode ser arrogante”.

– Não se cutucam onças com

varas curtas – advertiu Tião Viana, principalmente, conforme assinalou, quando os Estados Unidos, a Europa e o Japão, “epicentros da economia”, mostram dificuldade para produzir um ciclo virtuoso que permita “arroubos de generosidade” com os países emergentes.

Essa cautela, porém, não se confunde com submissão.

– Cumpriremos nossas tarefas com o objetivo de realizar mais justiça social, buscando domar as pressões sistêmicas do dinheiro e articulando essa obra com a liberdade de manifestação que conduza ao consenso ou ao entendimento.

Antero defende redução expressiva pelo Copom

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) defendeu uma redução significativa da taxa de juros na reunião do Copom, hoje, advertindo que, do contrário, o Brasil caminhará para a recessão.

– Baixar um ponto percentual ou um ponto e meio é continuar impondo condições de não crescimento para a economia; é só estabelecer uma nova forma de suicídio para a indústria. Baixar um ponto é dizer a um suicida que não pule do trigésimo andar, mas do vigésimo sétimo. Ele morrerá da mesma forma – afirmou Antero Paes de Barros.

Em junho de 2002, lembrou o senador, o dólar valia R\$ 2,71, o risco Brasil chegava a 2.302 pontos e a taxa básica de juros era 18,5%. Hoje, comparou, o dólar está em R\$ 2,85, o risco Brasil baixou para 700 pontos e, mesmo assim, a taxa de juros é de 26,5%.

Antero revelou ter consegui-



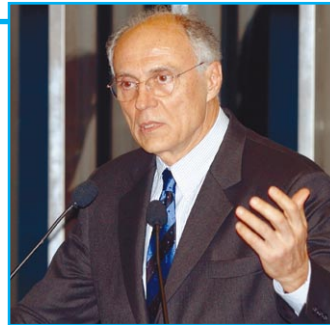
PERIGO. Antero Paes de Barros considera que juros altos conduzem o país à recessão

do, de novo, as assinaturas necessárias para a instalação da CPI do Banestado no Senado, pedido que estará reapresentando hoje à Mesa Diretora. Ele também parabenizou o ministro dos Transportes, Anderson Adauto, pela decisão de repassar a BR-163, que liga Cuiabá (MT) a Santarém (PA), para o setor privado. “Essa concessão é fundamental para o setor agropecuário do país”, afirmou.

Para Suplicy, comitê deve baixar taxas

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apelou ao Comitê de Política Monetária (Copom), que se reúne hoje e amanhã, para que a decisão sobre a manutenção ou não da taxa de juros Selic – hoje fixada em 26,5% ao ano – considere o impacto da medida sobre o emprego e a economia interna. Diante da inflação em queda, Suplicy acredita que é chegado o momento de se promover uma redução gradual e moderada dos juros.

Suplicy chegou a sugerir ao ministro do Trabalho, Jaques Wagner, que encaminhasse um relatório pormenorizado sobre a situação do desemprego no país ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e ao presidente do Banco Central, Henrique Meirelles. O documento auxiliaria a aná-



OTIMISMO. Suplicy observou que a queda dos juros estimularia os investimentos

lise da política de juros a cargo do Copom. “É preciso que ele enxergue a realidade brasileira”, comentou Suplicy.

Na sua opinião, a redução gradativa da taxa de juros poderia imprimir um clima de otimismo no setor produtivo, estimulando o empresariado a investir mais, e assim aumentar a produção de bens e serviços.

Em apartes, os senadores petistas Roberto Saturnino (RJ) e Eurípedes Camargo (DF) elogiaram as ponderações feitas por Eduardo Suplicy sobre os juros.

Iris cobra punição no caso Celobar

A senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) cobrou punição e prevenção, para impedir que medicamentos defeituosos venham a matar mais brasileiros, como no caso do Estado



Iris de Araújo: falta controle no caso do Estado

contraste para exames radiológicos Celobar, ou que acidentes com cargas tóxicas possam deixar centenas de milhares de cidadãos sem água para beber, como aconteceu na semana passada em Uberaba (MG).

Para a senadora por Goiás, a sistemática ineficiência do poder controlador do Estado leva o cidadão a acreditar que essa inércia seja planejada para servir aos interesses de alguns.

– Leis e conhecimento não faltam. O que inexistente é controle e fiscalização prévia para impedir que fatos como esses aconteçam, provocando mortes e perdas materiais – disse.

Paim teme desmonte do ensino público

O senador Paulo Paim (PT-RS) afirmou ontem que o projeto de reforma da Previdência Social “está provocando um verdadeiro desmonte da rede de ensino público do país”, por revogar o direito dos professores de se aposentarem cinco anos mais cedo que os outros trabalhadores, entre outras coisas.

Paim informou que o próprio governo reconhece que 21% dos professores e funcionários das universidades vão se aposentar agora, com salário proporcional ao tempo de serviço.

– Eles não estão se aposentando. Na verdade, estão sendo dispensados do serviço público porque a reforma lhes retira um direito. E o governo terá seu gasto duplicado, pois irá pagar o novo aposentado e o seu futuro substituto – observou.



Paim: professores estão sendo “dispensados”

Osmar Dias alerta para falta de investimentos

O senador Osmar Dias (PDT-PR) reconheceu a importância de serem aprovadas as reformas, mas advertiu que o governo não pode cometer o erro de parar o país para conseguir essas aprovações. Ele afirmou que, no primeiro semestre de 2002, houve gastos governamentais da ordem de US\$ 1,7 bilhão e, neste ano, o governo gastou apenas US\$

170 milhões. Osmar ressaltou que os ministérios estão inertes e a máquina governamental está emperrada.

Para o senador, não é possível manter as altas taxas de juros, que sustentam o crescimento, mantendo o desemprego. Ele garantiu que todo brasileiro trocaria as cestas básicas do Fome Zero por um emprego decente.

Osmar questionou a opção do governo por impedir a instalação da CPI do Banestado sob o argumento de que atrapalharia a votação das reformas, pois todos querem saber onde estão os R\$ 30 bilhões desviados. Em aparte, Mão Santa (PMDB-PI) afirmou que é preciso reaver esse dinheiro, “que está fazendo falta ao desenvolvimento do Brasil”.



BANESTADO. Osmar Dias criticou a opção do governo de impedir criação da CPI

Amapá terá energia suficiente, afirma Sarney

Em nome do povo amapaense, o senador José Sarney (PMDB-AP) agradeceu, em discurso, à ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, o apoio que vem dando a projetos destinados a aumentar o fornecimento de energia para o Amapá. Ele citou o avanço na construção da Hidrelétrica de

Santo Antonio, que atenderá a região sul do estado – o chamado Vale do Jari.

Sarney considerou feliz a oportunidade que teve, no passado, de interferir para que o Projeto Jari, criado pelo empresário norte-americano Daniel Ludwig nos anos 70, não fosse desativado. De acordo com o

senador, um dos fatores que diminuíram a viabilidade do projeto foi a falta de energia, uma vez que essa é fornecida mediante o uso de combustíveis como diesel e lenha, com graves consequências para o meio ambiente.

– Agora, com a participação da Eletronorte, da Eletrobrás, do Minis-

tério de Minas e Energia e do BNDES, está sendo possível a implementação da construção da usina, que vai gerar cerca de 60 MW – disse. Ele afirmou que o Amapá vai dispor de energia suficiente para a implantação de indústrias e assegurar, até 2008, a energia necessária para seu desenvolvimento.



PROGRESSO. Sarney diz que eletricidade vai garantir crescimento do estado

Fundef poderá ter mais verba, diz Eurípedes



Eurípedes destaca mudança nas regras do MEC

O Ministério da Educação está revendo mecanismo de destinação de verbas ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), o

qual determina gasto de R\$ 418 por aluno do ensino fundamental por ano, informou Eurípedes Camargo (PT-DF). Ele explicou que, por conta da interpretação vigente, a União vem aplicando no Fundef R\$ 3,9 bilhões por ano, e, com a mudança, o valor poderá subir para R\$ 12,7 bilhões.

Apoio a paciente renal crônica é insuficiente



Papaléo relata resultado de audiência pública

As audiências públicas realizadas pela Subcomissão Temporária da Saúde mostraram a preocupação do governo com os pacientes renais crônicos, apesar de serem insuficientes as medidas

adotadas, de acordo com o presidente do colegiado, o senador Papaléo Paes (PMDB-AP).

Em apertes, Mão Santa (PMDB-PI) destacou problemas no atendimento a pacientes e Marco Maciel (PFL-PE) ressaltou que o Senado poderá contribuir para resolver o problema dos doentes renais.

Lobão defende reforma com carga tributária justa

■ Senador lembra que é dever do Estado preservar os princípios básicos de respeito ao cidadão

O contribuinte brasileiro deseja o estabelecimento de uma carga tributária justa, que leve em conta a sua capacidade de pagamento, afirmou em discurso o senador Edison Lobão (PFL-MA), ao apontar, da tribuna, princípios que considera essenciais para que a reforma tributária corresponda "às aspirações de interesse público".

– A carência de recursos não justifica que o poder público vá supri-lo com abusos contra o contribuinte. Ao Estado, mais do que a qualquer outra instituição, cabe preservar os princípios básicos de respeito ao cidadão. Em função disso, deveríamos estar pautando a discussão da reforma tributária não apenas do ponto de vista



Fotos: Roosevelt Pinheiro

MAIS RECEITA. Edison Lobão acredita que menor número de impostos aumenta arrecadação

da necessidade de arrecadação dos governos, mas do ponto de vista do contribuinte – observou o senador.

Lobão disse que interessa ao cidadão a transparência do sistema fiscal e da aplicação dos recursos públicos. "Discutir quem paga a conta de máquinas administrativas ineficientes, inchadas e caras, antes de buscar eliminar tais problemas, é desrespeitar o contribuinte

Simon: Lula deve falar com Bush pela AL

Ao falar sobre o encontro que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva terá, esta semana, com o presidente George W. Bush, dos Estados Unidos, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) alertou para as pressões que o chefe do governo brasileiro sofrerá para aceitar "compromissos espúrios" em relação à Área de Livre Comércio das Américas (Alca). O parlamentar entende que a consolidação do Mercosul representa a única estratégia para que o Brasil possa negociar, em bases vantajosas, com a Alca, a União Européia e países como China e Índia.

– Não acredito que Lula possa ser induzido a fazer concessões ao governo norte-ameri-



Roosevelt Pinheiro

VANTAGEM. Simon afirma que, com um Mercosul forte, Brasil terá mais poder de negociação

cano que venham a prejudicar o Mercosul, até porque Bush não é um encantador de serpentes, embora tenha força para intimidar outros presidentes.

Pedro Simon sugeriu que

como cidadão", advertiu.

Outro ponto abordado por Lobão foi a divisão das receitas arrecadadas. Ele ressaltou que o pagamento de impostos é dever do cidadão, em troca da garantia de seu direito de ter serviços públicos satisfatórios.

Para Edison Lobão, o debate em torno da proposta de Imposto sobre Valor Agregado (IVA) não só deve atender ao interesse dos governos dos estados produtores, mas também deve levar em consideração as necessidades dos pagadores de tais impostos, que são os consumidores finais.

O senador pelo Maranhão defendeu a discussão de mecanismos compensatórios para evitar concentração excessiva de receitas em alguns estados, deixando a concentração de despesas em outros. Edison Lobão defendeu também a simplificação dos impostos e disse que, por si só, já garantiria um considerável aumento de arrecadação.

Almeida Lima diz que assume posições firmes



Almeida Lima repeliu acusação de "murista"

O senador Almeida Lima (PDT-SP) negou que sua posição política independente signifique que seja um "senador murista". Para ele, o fato de não pertencer nem à base de sustentação do governo, nem ao bloco de oposição, não quer dizer que não defenda posições firmes e inequívocas.

Ele protestou contra um artigo que o acusou de "ficar em cima do muro", por não pertencer a blocos. Garantiu que defende posições claras a favor de Sergipe e do Brasil.

Garibaldi pede crédito para habitação



Setor ceramista enfrenta grave crise, diz Garibaldi

Ao denunciar o fechamento de dez cerâmicas, no município de Parelhas (RN), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) pediu ao governo que retome programas habitacionais e crie linhas de crédito para o setor. Ele acrescentou que se isso não ocorrer, mais fábricas serão obrigadas a fechar suas portas, prejudicando outros setores da economia.

O senador defendeu a profissionalização do setor ceramista, com a implantação de cursos e padronização dos processos técnicos.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Paulo Paim, Mão Santa e pela senadora Iris de Araújo